

# Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Analistas ampliam questionamento sobre papel do TCU no caso Master.....3

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar aposentadorias com reajuste no dia 26 de janeiro (inss).....5

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Maior desafio será reforma tributária", diz Joaquim Bezerra.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ciclos de desconfiança no plano tributário (Artigo).....8

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novos modelos do sistema financeiro ampliam desigualdades entre trabalhadores.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Porque o movimento de alta continua.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Inflação deve ceder pouco em 2026, estimam economistas.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Novas regras pressionam conta de luz em 2026.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Ibovespa sobe com bancos e Vale, e apesar de Petrobras.....19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Porta-voz da UE diz que acordo com Mercosul pode sair "em breve".....20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Interesses de Trump além do petróleo. - MÍRIAM LEITÃO.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Petrolíferas vão querer desenvolver e vender o óleo diretamente".....24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Petroleiras podem ter bônus em compras de empresas brasileiras.....27

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contribuição mensal sobe para R\$ 81,05.....29

O GLOBO - RJ - MUNDO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exército reforça com blindados fronteira com a Venezuela.....30



Terça-Feira, 6 de Janeiro de 2026

# Analistas ampliam questionamento sobre papel do TCU no caso Master

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

A atuação do ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), no caso envolvendo a liquidação do Banco Master provocou questionamentos sobre os limites da Corte de Contas no processo.

Especialistas e mesmo técnicos do TCU ouvidos pelo Estadão dizem que o tribunal não poderia interferir na liquidação determinada pelo Banco Central e, muito menos, agir para tentar reverter a decisão da autoridade monetária.

Procurados, Jhonatan de Jesus e o TCU não se manifestaram sobre o assunto.

O subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, que provocou a Corte a investigar a atuação do Banco Central no caso, afirmou ao Estadão que não seria possível reverter a liquidação. Furtado defende a atuação do tribunal, mas de forma limitada.

Segundo ele, o Banco Central tem o poder de decisão e, em casos assim, caberia ao TCU verificar se esse processo foi conduzido de forma técnica.

"Não é possível "desliquidar" o Master. Apenas verificar se o Bacen agiu corretamente", disse Furtado.

Técnicos citam um despacho dado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2019 suspendendo uma decisão do TCU que determinava à **Receita Federal** o fornecimento de nomes e matrículas de servidores designados para fiscalizar membros dos Poderes da União e agentes públicos federais.

Em 2019, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que o TCU não poderia realizar "atividade correicional decorrente de suposto desvio de finalidade de servidores da **Receita Federal** em fiscalizações". Agora, técnicos dizem que, da mesma forma, o TCU não poderia exercer ato correicional sobre a atividade de fiscalização do Banco Central.

De acordo com a Constituição, o TCU pode atuar em casos envolvendo as contas da União. O assunto também divide ministros da Corte, como mostrou a

Coluna do Estadão.

"RISCO SISTÊMICO". O ministro Jhonatan de Jesus determinou "com a máxima urgência" uma inspeção in loco no Banco Central, averiguando o itinerário decisório da liquidação extrajudicial do Banco Master. O documento explica que a averiguação precisa ser no local, em "ambiente seguro e sob as cautelas de sigilo legal" para reconstruir o fluxo de supervisão e resolução no período de 2019 a 2025.

No mesmo despacho, o ministro alertou também que poderia determinar que o BC seja impedido de vender bens do banco na liquidação (veja mais informações nesta página).

Para André Rosilho, coordenador do Observatório do TCU da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), os despachos servem de pretexto para entrar no mérito da liquidação, que não está na competência da Corte de Contas.

"O TCU pode fazer uma análise operacional da administração pública, mas com um objetivo mais global de analisar a eficiência da administração.

Isso não importa na competência para rever decisões específicas", diz Rosilho.

"Nesse caso, o TCU não teria competência alguma para tratar do assunto. Analisar se houve omissão é um pretexto para tratar do mérito e é um assunto que está fora da atuação específica do controle de contas." O ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e também professor da FGV-SP Cleveland Prates diz que a atuação do ministro do TCU extrapola as competências do tribunal e representa um risco sistêmico para todo o sistema financeiro do País.

"Se tentar recriar esse banco, quem é que vai injetar dinheiro nisso? E qual é a segurança jurídica que haverá em futuras liquidações? Quando se tem uma instabilidade muito grande, o risco aumenta para todo o sistema", afirma o especialista. "Imagina o cliente de uma instituição financeira que não sabe o que vai acontecer e não sabe se o banco onde ele tem conta vai ser contaminado pelo retorno de um banco que está falido e que pode gerar mais problemas no mercado." I

## PRESSÃO

Os pedidos do ministro do TCU ao Banco Central

### I Avaliação

"Exame do histórico da supervisão prudencial do conglomerado, com acesso ao processo eletrônico interno PE n.º 285696 e aos autos correlatos que documentem o acompanhamento, os marcos de reclassificação de risco, as exigências e as respostas, bem como eventuais medidas restritivas e seu monitoramento"

### I Critérios

"A verificação das razões e critérios adotados quanto à instauração (ou não) de processo administrativo sancionador e outras providências de "enforcement", especialmente quando houver comunicação de indícios a órgãos de persecução"

### I Reuniões

A obtenção e análise do teor e registros formais da reunião/videoconferência de 17/11/2025 (convocação, pauta, participantes, ata/memória, documentos apresentados e exigências posteriores)

### I Fundamentação

"A reconstrução e o exame do processo instaurado em 18/11/2025 relativo a requerimentos datados de 17/11/2025, com identificação do fluxo, das exigências, das instâncias técnicas e jurídicas envolvidas e dos fundamentos determinantes"

### I Procedimentos

"A motivação técnica e a aderência procedimental de decisões relacionadas à transferência de controle e reorganizações societárias (inclusive quanto a requisitos de instrução e governança deliberativa), à luz da regulamentação aplicável"

### I Medidas intermediárias

"Os fundamentos para adoção (ou não) de medidas intermediárias previstas no arcabouço legal, quando cabíveis, antes da decretação do regime extremo"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# INSS começa a pagar aposentadorias com reajuste no dia 26 de janeiro (inss)

**Júlia Galvão**

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar aposentadorias com o reajuste anual entre os dias 26 de janeiro e 6 de fevereiro. As datas foram definidas no calendário anual de pagamentos do órgão. Quem tem um benefício equivalente ao salário mínimo receberá o novo piso nacional, que em 2026 subiu para R\$ 1.621, um reajuste de 6,79%.

Entre os dias 2 e 6 de fevereiro será feito o primeiro pagamento dos benefícios acima do salário mínimo com o reajuste da **inflação** acumulada no ano passado, considerando o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgará o resultado da **inflação** de 2025 nesta sexta-feira (9).

Os pagamentos seguem o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador que aparece após o traço. Os primeiros a receber são os aposentados e pensionistas cujo benefício termina em 1.

No caso dos benefícios acima do piso, se o segurado se aposentou ou começou a receber pensão ou auxílio ao longo de 2025 o reajuste corresponderá à variação do INPC entre o mês da concessão do benefício até o fim do ano. Ou seja, o índice é proporcional ao número de meses em que o benefício foi concedido.

Segundo o **INSS**, o impacto total com o pagamento do novo valor aos beneficiários que recebem até um salário mínimo será de cerca de R\$ 30,7 bilhões. O impacto por cada real de aumento é de R\$ 298,124 milhões. O instituto diz que esse cálculo considera somente os benefícios do FRGPS (Fundo do Regime Geral de **Previdência Social**), ou seja, não inclui benefícios assistenciais, como BPC /Loas.

Atualmente, cerca de 21,9 milhões de benefícios têm o valor de até um salário mínimo, número que corresponde a 62,5% do total de 35,15 milhões de benefícios da **Previdência Social**.

Para quem recebe o piso, os pagamentos começam a ser feitos a partir de 26 de janeiro e vão até o dia 6 de fevereiro. Quem não tem acesso à internet pode ligar para a Central 135 para saber o valor do pagamento. Ao ligar, será necessário informar o número do CPF e confirmar algumas informações cadastrais para evitar

fraudes.

Os segurados que têm acesso à internet podem acessar o site Meu **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, é necessário clicar no serviço de "Extrato de Pagamento". Segundo o **INSS**, nessa seção é possível ter acesso ao extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício.

A consulta também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para aparelhos com sistemas Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer login e colocar senha. Depois disso, todos os serviços disponíveis e o histórico das informações do beneficiário serão listados.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Para consultar o dia exato em que irá receber a renda previdenciária em cada mês de 2026 no calendário de pagamentos do **INSS**, o segurado deve conferir o número do seu benefício, que tem dez dígitos e aparece no seguinte formato: 999.999.99 9 -9, e considerar o penúltimo número.

Não. O calendário nacional do **INSS** já é elaborado considerando os feriados bancários, o que garante que o benefício esteja disponível na data indicada.

No caso de feriados estaduais ou municipais, os depósitos não são interrompidos. Mesmo sem expediente bancário local, os valores ficam disponíveis para saque e movimentação.

**Site:**

[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/01/inss-  
comeca-a-pagar-aposentadorias-com-reajuste-no-dia-26-  
de-janeiro.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/01/inss-comeca-a-pagar-aposentadorias-com-reajuste-no-dia-26-de-janeiro.shtml)

# "Maior desafio será reforma tributária", diz Joaquim Bezerra

**Victoria Netto**

O novo presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Joaquim Bezerra, tomou posse do cargo nesta segunda-feira (5) com a agenda de valorizar a profissão e diminuir as diferenças normativas entre diferentes setores. Em entrevista exclusiva ao Valor, diz que a contabilidade deixou de ser apenas o registro do passado, para ser também do futuro, e destaca que a **reforma tributária** será o principal desafio técnico e institucional do biênio.

O CFC é o órgão máximo de regulação, normatização e fiscalização da profissão contábil no país. O presidente do órgão é escolhido por eleição interna, entre os próprios membros do colegiado. O mandato tem duração de dois anos e pode ser renovado.

Contador e consultor de negócios com mais de 25 anos de experiência no mercado, Bezerra é conselheiro no CFC desde 2010, onde exerceu os cargos de vice-presidente de Política Institucional, Operacional e de Governança. Ele substitui Aécio Prado Dantas Júnior, que esteve à frente do conselho de janeiro de 2024 a dezembro de 2025.

Nascido no Piauí, Bezerra tem sua trajetória marcada pela atuação no movimento estudantil, passando por pautas como governança pública, contabilidade eleitoral e fortalecimento institucional da profissão. O novo presidente também é acadêmico da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e das Academias regionais do Piauí e de São Paulo.

Ao assumir o comando da entidade no ano em que o CFC completa 80 anos, Bezerra diz que a **reforma tributária** será maior desafio. "A reforma não pode ser implementada por decreto, será implementada pela contabilidade", afirma. Segundo ele, são os profissionais da área que irão traduzir os novos **tributos** sobre o consumo, o IBS e CBS, em impactos concretos sobre preços, margens, caixa e decisões de investimento das empresas.

O presidente do CFC ressalta que o conselho tem atuado de forma intensa no diálogo com o Congresso Nacional, o Ministério da Fazenda e a **Receita Federal** para corrigir distorções que afetam a escrituração contábil e fiscal. Ele cita como exemplo a discussão sobre prazos de apuração e encerramento de

balanços corporativos de companhias, que motivou a emissão de notas técnicas da entidade. "Quando a lei cria assimetrias com as normas contábeis, o papel do CFC é buscar interpretação sólida que dê segurança jurídica ao profissional e ao contribuinte", diz.

Bezerra avalia que as grandes empresas estão mais preparadas para a transição e que o maior risco está nas micro e pequenas empresas, que representam mais de 90% do tecido empresarial brasileiro.

"O nosso maior desafio é não deixar o pequeno empresário para trás. A complexidade da transição existe, mas o contador será o estrategista capaz de transformar essa complexidade em viabilidade econômica", afirma. Para isso, o CFC pretende intensificar programas de capacitação prática e comunicação clara voltados a esse público.

Na visão do contador, a **reforma tributária** gera custos no curto prazo, mas o custo maior seria não avançar. No longo prazo, avalia, a simplificação tende a melhorar a competitividade do país e reduzir a insegurança jurídica. "O custo verdadeiro é não ter a reforma implementada, é manter um sistema caótico que penaliza o ambiente de negócios", afirma.

Bezerra defende ainda a redução das assimetrias normativas entre diferentes setores regulados e maior alinhamento aos padrões

internacionais, como os da Fundação IFRS. Ele explica que as diferenças entre os setores da economia, como o agronegócio, a indústria, o mercado financeiro e o saneamento, exigem normas contábeis capazes de considerar a natureza específica de cada ativo, sem abrir mão de uma base comum.

Segundo ele, esse alinhamento é construído por meio do diálogo com o mercado e os reguladores, no âmbito do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas deve ir além do campo técnico. "As normas precisam estar claras para o mercado, para dar segurança ao investidor e garantir segurança jurídica no ambiente de negócios."

Para ele, somente com uma linguagem contábil uniforme será

possível ampliar a comparabilidade, atrair

investimentos e reforçar a confiança do mercado. "A contabilidade é a linguagem da confiança, e confiança é o ativo mais valioso num ambiente econômico em transição", afirma.

Outro eixo relevante da gestão será a consolidação dos relatórios de sustentabilidade alinhados às normas do International Sustainability Standards Board (ISSB). A mandatoriedade para as companhias abertas brasileiras foi determinada pelo regulador do mercado de capitais local, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e passa a valer a partir do exercício social de 2026.

Bezerra afirma que a adoção das normas S1 e S2 representa um

dos maiores desafios técnicos da atualidade, mas também uma janela de oportunidades para a profissão. "Não se trata de um acessório reputacional ou de marketing verde. As informações de sustentabilidade passam a influenciar diretamente decisões econômicas, "valuation" e acesso a capital, e isso exige padrão, comparabilidade e aplicabilidade real", diz.

Para dar suporte a esse novo cenário, o CFC pretende ampliar de forma significativa as capacitações oferecidas aos profissionais. O novo presidente do CFC resume o papel que pretende imprimir à gestão: "nós saímos de uma contabilidade vista como burocracia e entramos definitivamente numa contabilidade estratégica."

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188460?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188460?page=1&section=1)**



# Ciclos de desconfiança no plano tributário (Artigo)

**Paulo Schmidt Pimentel**

No cenário tributário brasileiro contemporâneo, a relação entre o Fisco e os contribuintes é caracterizada por um ciclo de desconfiança recíproca profundamente enraizado. De um lado, a administração tributária frequentemente parte da presunção de má-fé do contribuinte, adotando posturas fiscalizatórias severas e muitas vezes preventivamente punitivas. De outro, os contribuintes percebem o Estado como um ente que atua com opacidade, excessiva rigidez normativa e burocracia disfuncional, mais voltado à arrecadação a qualquer custo do que à justiça fiscal.

Esse desequilíbrio relacional enfraquece a legitimidade do sistema, compromete a eficácia da arrecadação e dificulta a implementação de reformas estruturantes que exigem cooperação. Trata-se de uma disfunção não apenas de ordem técnica, mas essencialmente institucional: a funcionalidade do sistema tributário depende, antes de tudo, da existência de um vínculo de confiança mútua entre o poder público e a sociedade que o sustenta.

A par de diversas teorias quanto a isso, na origem do pacto tributário está a formação do próprio Estado. A gênese da tributação remonta à decisão coletiva dos indivíduos de se organizar sob uma entidade organizada, que só poderia se sustentar por meio de contribuições compulsórias. Surge, então, o conceito do dever fundamental de pagar **impostos**, que compõe a base de sustentação do Estado de Direito. A legitimidade da cobrança estatal deriva, assim, do reconhecimento de que o tributo é o preço da civilização - desde que aplicado com justiça, legalidade e transparência.

Contudo, esse dever fundamental pressupõe uma contraprestação simbólica: o respeito ao contribuinte, serviços públicos de qualidade, a previsibilidade normativa e a razoabilidade na tributação. Quando o Estado age de forma arbitrária ou impõe ônus desproporcionais, rompe-se o pacto fundacional, levando à erosão da confiança e ao enfraquecimento da moral fiscal. O contribuinte passa a ver a carga tributária não como um dever cívico, mas como um obstáculo ao desenvolvimento ou uma expropriação indevida.

Nesse contexto, o ajuizamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 98 pelo governo federal é emblemático. A ação tem por objetivo, em síntese, que seja declarada constitucional a inclusão de despesas incorridas, inclusive as tributárias, na base de cálculo do PIS e da Cofins, o que já foi definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2017 em sentido contrário. Trata-se de iniciativa que traz à tona profundos questionamentos sobre a segurança jurídica e a previsibilidade fiscal no Brasil, o que, a título exemplificativo, configura uma grave afronta à necessária relação de confiança entre o Fisco e os contribuintes.

O mesmo se pode dizer sobre a suposta necessidade de inclusão do IBS e da CBS na base de cálculo de outros **tributos** durante a fase de transição da **reforma tributária** sobre o consumo. Ora, décadas de discussão jurídica que culminou com o julgamento da chamada "tese do século" pelo Supremo Tribunal Federal de nada adiantou? Mas não se aponte o dedo apenas ao Fisco. Correntemente são deflagradas operações policiais em face de fraudes estruturadas por contribuintes com intuito de sonegação fiscal.

Cite-se a recente Operação Bóreas, integrada pela Secretaria da Fazenda e do Planejamento do Estado de São Paulo, Procuradoria-Geral do Estado e Ministério Público do Estado de São Paulo, para investigar fraudes tributárias no varejo de ar-condicionado. Em âmbito federal, também estamos diante da Operação Ornitorrinco, e suas fases decorrentes, com o objetivo de desarticular organização criminosa que atuava sob a fachada de consultoria tributária para fraudar o mecanismo da Declaração de Compensação(DCOMP).

Esses são apenas alguns exemplos de muitas situações que demonstram o estado de conflito constante que vivemos em nosso país no plano tributário. De nada adianta ficar discutindo quem errou antes e que um erro seria decorrente do outro, o fato é que tanto Fisco quanto contribuinte falham, cada um na sua proporção, numa construção contínua de relação de confiança tão necessária para o bom funcionamento de um sistema tributário.

Ignora-se o fato de que a confiança é um ativo econômico. Países que consolidaram sistemas tributários eficientes e menos litigiosos o fizeram com



base em premissas de simplificação, diálogo e cooperação. A experiência internacional demonstra que um Fisco confiável, que atua com transparência, previsibilidade e proporcionalidade, induz maior conformidade espontânea, amplia a base de arrecadação e reduz o contencioso.

No Brasil, entretanto, o modelo é inverso: proliferação normativa, autuações arbitrárias, programas de anistia recorrentes e judicialização massiva. O contencioso tributário nacional supera alguns trilhões de reais. Esse cenário não é sustentável - nem para o Fisco, que enfrenta inadimplência crônica, nem para os contribuintes, que lidam com um custo de conformidade e uma carga tributária asfixiantes.

É imperioso restabelecer os termos do pacto. Isso exige uma **reforma tributária** que vá além da substituição de **tributos**: é necessário redefinir os princípios que regem a relação Fisco-contribuinte. Devemos recuperar a noção de que o dever de pagar **tributos** está vinculado a um compromisso mútuo de lealdade institucional.

Portanto, em meio à **reforma tributária** sobre o consumo e da **reforma tributária** sobre a renda, não há momento que exija mais uma franca e estruturante discussão de relação entre Estado e contribuinte - que restabeleça os fundamentos de confiança que justificam o direito fundamental de tributar e o dever fundamental de pagar **tributos**.

Paulo Schmidt Pimentel é sócio da Lee, Brock Camargo Advogados e juiz do Tribunal de **Impostos** e Taxas (TIT) do Estado de São Paulo Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabi

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Novos modelos do sistema financeiro ampliam desigualdades entre trabalhadores

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da Febraban.

Pix no celular, carteiras digitais e aplicativos que concentram praticamente toda a vida financeira do usuário consolidaram um novo desenho para o sistema financeiro brasileiro.

Do lado de fora, para quem paga contas, contrata crédito ou investe, "tudo parece banco".

Por trás das telas, porém, cresce um mosaico de instituições com regras distintas, enquadramentos tributários variados e regimes de trabalho que criam, na prática, profissionais de "primeira e segunda classe" dentro do mesmo setor.

Esse foi o eixo da transmissão Meet Point Estadão Think - Segmentos do sistema financeiro em debate: direitos desiguais entre trabalhadores, uma produção do Estadão Blue Studio com patrocínio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Mediado pela jornalista Camila Silveira, o encontro reuniu Aduino Duarte, diretor executivo de Relações Institucionais, Trabalhistas e Sindicais da Febraban; Juvandia Moreira Leite, presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT Brasil; e Moisés Marques, professor, pesquisador e consultor na área de Relações Internacionais.

## Novo ecossistema

Ao abrir o diagnóstico, o diretor executivo da Febraban ressaltou que a antiga estrutura de "casa bancária" já não representa o setor. "No passado, se alguém quisesse fazer uma transação, precisava ir a uma agência de banco comercial. Hoje, falamos em vários segmentos", afirmou.

Para ele, a combinação entre tecnologia, atualizações legislativas e novas normas regulatórias explica a multiplicação de atores que oferecem serviços antes exclusivos dos bancos.

"Somente dentro do Sistema Financeiro Nacional, existem 1.802 instituições autorizadas.

Os bancos representam 9,9% desse universo", detalhou. Muitas dessas instituições podem realizar atividades que, até pouco tempo atrás, só aconteciam

no balcão de uma agência.

O Pix exemplifica essa mudança. "Há 909 participantes que oferecem contas transacionais para o Pix, distribuídos em 12 tipos de instituições. O cliente enxerga um aplicativo único, mas cada conjunto de transações pode ser contabilizado por uma instituição diferente dentro de um mesmo conglomerado", explicou Aduino.

Para o usuário, importa que o sistema funcione. Para o mercado, porém, a multiplicidade de modelos opera sob normas, **tributos** e relações de trabalho distintas. "Hoje a organização ainda se apoia muito no tipo de instituição, quando o que importa é o serviço. Se produtos iguais recebem tratamentos legais diferentes, a sociedade deixa de ter um padrão de concorrência equilibrado", avaliou.

## Direitos desiguais

Do lado dos trabalhadores, a fotografia não é menos assimétrica.

Juvandia Moreira Leite lembrou que cooperativas, fintechs e instituições de pagamento passaram a oferecer o mesmo conjunto de serviços dos bancos - abertura de contas, cartões, pagamentos, transferências e crédito -, mas com condições de trabalho mais frágeis.

"Se o serviço é o mesmo, as exigências de qualificação também são. A diferença aparece na jornada, na remuneração e na proteção", afirmou. Segundo ela, a jornada média em cooperativas chega a ser 50% maior que a dos bancários; a permanência no emprego gira em torno de três anos, enquanto em bancos tradicionais se aproxima de dez. "Eles trabalham mais, com períodos de seis ou oito horas, e recebem, em média, metade do salário de um bancário", criticou.

Na avaliação da dirigente, trabalhadores de fintechs e cooperativas integram o mesmo ramo e poderiam acessar direitos semelhantes caso estivessem enquadrados sob a mesma base sindical. "Eles perdem proteção em saúde, ambiente de trabalho, igualdade e tecnologia", disse.

Já o professor Moisés Marques acrescentou que o

avanço tecnológico acelerou a proliferação das fintechs - mais de 1,4 mil, segundo entidades do setor.

"Precisamos separar o joio do trigo. Vemos empresas que se apresentam como financeiras oferecendo produtos estranhos, muitas vezes à margem de controles que bancos tradicionais cumprem", afirmou. Essa brecha regulatória amplia riscos, inclusive de violações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e de golpes contra consumidores.

Juvandia destacou ainda o uso equivocado de enquadramentos tributários. Empresas escolhem códigos genéricos (CNAES) para reduzir **impostos** e evitar sindicatos mais estruturados.

"O resultado é um trabalhador que faz a mesma coisa, com jornada maior, salário menor e quase nenhuma proteção social", resumiu.

Debate destaca revisão do arcabouço e isonomia no setor financeiro

Depois de mapear as distorções entre trabalhadores de diferentes segmentos financeiros, a discussão voltou-se às soluções possíveis, começando pela necessidade de rever o arcabouço regulatório que sustenta o setor. Para o diretor executivo da Febraban, é preciso revisar o marco regulatório com foco no serviço, e não no tipo de instituição.

"Mesmo produto deve ter mesma regra, mesmo tributo e mesmas relações de trabalho.

Isso vale para tributação, regulação e contratos de trabalho. É uma forma de respeitar o princípio de igualdade da Constituição e garantir concorrência justa", afirmou Adatao.

Ele defendeu uma atualização do arcabouço legal e interpretações judiciais que acelerem o equilíbrio competitivo. "O primeiro passo é uma mudança na legislação. Enquanto isso não ocorre, decisões judiciais poderiam contribuir para equalizar a aplicação de princípios constitucionais, como a igualdade e a livre concorrência", disse. Paralelamente, considera essencial fortalecer a negociação coletiva para produzir soluções equilibradas.

Caminhos possíveis

Na leitura do professor Marques, as saídas combinam regulação, fiscalização e mecanismos de proteção ao trabalhador. Ele citou discussões recentes do Banco de Compensações Internacionais (BIS), que propõem modelos regulatórios baseados na atividade desempenhada. "Não faz sentido tratar de forma distinta quem faz a mesma coisa", reforçou.

O professor defendeu a criação de algo semelhante a um "fundo garantidor de trabalhadores", inspirado em países como Finlândia e Canadá, para financiar requalificação profissional diante da automação. "Mudou o sistema, o regramento precisa mudar junto.

Enquanto isso não ocorre, precisamos preparar pessoas para esse ambiente e oferecer apoio psicológico, porque a transformação atinge a forma de trabalhar, de conviver e de planejar o futuro." Para Juvandia, o avanço depende de nova regulação para fintechs, revisão de códigos de atividade econômica, fortalecimento da fiscalização e construção de uma mesa nacional que reúna bancos, cooperativas, instituições de pagamento e plataformas digitais. "A experiência de negociação nacional já existe.

Falta vontade política e correção dessas assimetrias para que um acordo amplo se viabilize." No encerramento, os três convidados convergiram em um ponto: inovação e direitos caminham juntos. Adatao defendeu ação coordenada entre Legislativo, Executivo e Judiciário. Marques destacou que debates públicos como o promovido pelo Estadão ampliam a compreensão do tema. Juvandia reforçou a necessidade de "colocar lupa" sobre um problema que afeta consumidores, trabalhadores, concorrência e arrecadação.

Em um sistema financeiro em constante reinvenção, o debate reforçou um ponto central: a expansão tecnológica não substitui a necessidade de direitos equivalentes para trabalhadores e de um ambiente regulatório que assegure competição equilibrada.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Porque o movimento de alta continua

O ano passado foi horrível para as previsões financeiras, mas tenho a alegria de fazer mais uma para 2026, a de que as ações e outros ativos de risco vão se valorizar ainda mais. Os problemas ainda estão escorrendo de mercados que se mostram imunes a notícias negativas, os pessimistas parecem ter desistido de brigar e a alta acelerada continua a todo vapor.

Em uma olhada rápida sobre as perspectivas de todos os bancos de investimento mais importantes e dos grandes gestores de ativos, é quase impossível encontrar alguém que tenha uma opinião contrária. A política dos Estados Unidos para o comércio e a interferência no banco central continuam a ser um perigo claro e presente para qualquer carteira, mas a resiliência assombrosa do mercado em 2025 torna muito difícil justificar lamentações de quem está de fora. Os dias sombrios de abril, quando a política bizarra do presidente dos EUA, Donald Trump, para o comércio mundial fez os mercados despencarem, são uma lembrança cada vez mais distante.

"Se em abril você dissesse às pessoas que estaríamos com altas recordes e uma expectativa de crescimento econômico de 2,4%... e que estaríamos reduzindo as tensões comerciais, elas lhe diriam que esse era o cenário mais positivo e favorável possível", disse Alexandra Wilson-Elizondo, codiretora global de soluções multiativos do Goldman Sachs Asset Management em Nova York.

E, no entanto, aqui estamos, vivendo no melhor dos mundos possíveis, em que os ganhos excepcionais das empresas fizeram todo o trabalho pesado com relação aos preços dos ativos nos EUA, o mercado financeiro dominante do mundo. Grandes investidores admitem sem pestanejar que estão estufados.

Isso é muito difícil de conciliar com a suspeita generalizada de que as ações, em especial as de tecnologia, estão em uma bolha e de que a economia americana mostra alguns sinais de fragilidade.

Wilson-Elizondo suspeita de que, em parte, a ansiedade sobre a bolha decorre da presença frequente dessa narrativa nos meios de comunicação. Pode ser que sim, embora jornalistas rabugentos

O Fed continua a cortar as taxas de juro, pelo menos por enquanto, e os governos continuam a gastar. As possíveis restituições de **impostos** nos EUA parecerão dinheiro grátis para as pessoas e é provável

que deem um estímulo proveitoso para os consumidores

não sejam os únicos a defender essa ideia - até os "mestres do universo" do setor da tecnologia reconhecem abertamente que uma exuberância excessiva se instalou. Seja qual for o motivo, a inquietação domina todas as conversas nos mercados, e o medo de uma bolha é a maneira mais simples de expressar isso.

"As pessoas estão tentando justificar o desempenho da classe de ativos quando nem todos os dados são de um cenário Cachinhos Dourados", acrescentou ela. Ao contrário do famoso mingau da história de "Cachinhos Dourados e os Três Ursos", alguns indicadores (como a inflação) estão muito aquecidos enquanto outros (como os relativos ao emprego) estão, na melhor das hipóteses, mornos.

A simples magnitude do brilhante desempenho do mercado nos últimos anos também deixa os investidores hesitantes. Jordan Brooks, chefe de estratégias macro da AQR Capital Management, afirma que com toda a honestidade não pode dizer quando, onde ou porque o próximo choque de mercado acontecerá. Ninguém pode, e a humildade é uma qualidade menosprezada na área das finanças. Mas ele faz uma ressalva: "Posso dizer que, com as avaliações tão elevadas como estão, tenho um grau muito forte de confiança de que o desempenho do mercado nos próximos cinco a dez anos ficará pior. Estou totalmente convencido disso."

Ainda assim, quando se leva em consideração todos os problemas possíveis, o clima nos primeiros dias de 2026 continua a ser de um "pessimismo fatalista, mas resignado". Wall Street acredita que caminhamos para um ótimo ano. O Deutsche Bank faz uma previsão preliminar de ganho de 17% no índice de referência S P 500, ou seja, passar dos 6.845 pontos atuais para 8 mil até o fim de 2026. As previsões de vários outros bancos influentes se concentram ao redor dos 7.500 pontos.

Analistas e investidores afirmam não estão sendo complacentes sobre riscos que são inegáveis e argumentam que se concentram em qualidade e diversificação, como se normalmente comprassem qualquer lixo velho em apenas um setor. Mas se conseguirmos sobreviver inteiros a 2025, seremos capazes de sobreviver a qualquer coisa. Contratempos são quase uma certeza este ano, e alguns podem ser

pesados. Mas poucos esperam que eles durem. Existe um motivo para que comprar na baixa seja tão popular.

É legal ser pessimista. Faz você parecer inteligente. Mas hoje é difícil justificar essa atitude. "Não há dúvida de que vemos que os mercados estão otimistas, mas nossa linha de base é de que isso está certo", disse Karen Ward, estrategista-chefe de mercados para a Europa do JPMorgan Asset Management.

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) continua a cortar as taxas de juro, pelo menos por enquanto, e os governos continuam a gastar. As possíveis restituições de **impostos** nos EUA parecerão dinheiro grátis para as pessoas e é provável que deem um estímulo proveitoso para os consumidores.

O forte desempenho dos mercados em 2025 provocou "perplexidade", segundo Ward. "Como é possível que tenhamos tarifas, a geopolítica pareça sombria e o governo francês tenha sido derrubado duas vezes e os mercados estejam em altas recordes? Essa é a pergunta que nos fazem o tempo todo."

Parte da resposta tem de ser os estímulos monetários e fiscais implementados pelos bancos centrais e governos como reação a praticamente todas as crises. O risco moral se instalou, e é uma reação perfeitamente racional a tudo o que vimos nos mercados durante uma década e meia.

Que se danem os fundamentos. Na época do superfácil investimento passivo no acompanhamento de índices e do apoio financeiro automático e confiável a qualquer choque, começa a parecer que o único caminho é para cima. Os mercados acompanham o volume de dinheiro despejado neles e não apenas os detalhes minuciosos dos ativos por trás disso, o que significa que choques negativos precisam ser realmente enormes para desestabilizá-los.

Isso é desconfortável para aqueles que ainda se apegam a noções pitorescas como estratégia empresarial e sustentabilidade da dívida pública, mas lutar contra as proezas do Fed e do governo americano para enfrentar crises é algo que se faz por conta e risco. Parece que este ano poucos pretendem se dar ao trabalho de tentar.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188460?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188460?page=1&section=1)**



# Inflação deve ceder pouco em 2026, estimam economistas

Anaís Fernandes e Marta Watanabe

A **inflação** de 2025 no Brasil surpreendeu consistentemente para baixo ao longo do ano, com a safra, o clima, o câmbio e a China ajudando os preços de alimentos e de bens industriais, ao mesmo tempo em que a atividade resiliente e o emprego forte contiveram alívio em ritmo similar nos preços de serviços. Com a desinflação desse setor ainda muito gradual e sem os vetores benignos para alimentos e bens na mesma magnitude, porém, a perspectiva dos economistas é que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelere muito pouco, ou quase nada, de 2025 para 2026.

O IPCA, **inflação** oficial do Brasil, deve ter fechado 2025 em 4,3% e desacelerar para 4,1% em 2026, segundo a mediana de 73 projeções de instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor até 19 de dezembro de 2025. Os dados oficiais para 2025 serão divulgados pelo IBGE na sexta-feira, 9.

Se as projeções medianas se confirmarem, a **inflação** voltará a ficar dentro do teto da meta, que é de 3% com tolerância para até 4,5%. Em 2024, quando a apuração contínua da meta ainda não estava em vigor, o IPCA fechou em 4,83%, estourando o limite. Desde então, já com a apuração contínua da meta em vigor, o IPCA acumulado em 12 meses ficou acima do teto em todos os meses até novembro de 2025, quando recuou para 4,46% - e, na prévia da **inflação** de dezembro, fechou em 4,41%.

No início de 2025, a mediana do Focus, pesquisa do Banco Central com agentes financeiros, indicava alta de 4,99% do IPCA no ano e de 4,01% em 2026. Em seus auge, a mediana para 2025 encostou em 5,7% em março e, para 2026, superou 4,5% em maio - mas havia quem visse esses números indo a 7,51% em 2025 e a 6,95% em 2026.

"No começo de 2025, estávamos em uma situação no Brasil que parecia o pior dos mundos, com câmbio caminhando para R\$ 7 por dólar, descontrole inflacionário, crise fiscal, juros subindo, tudo isso dificultando o crescimento econômico", recorda Helcio Takeda, economista da Pezco. "No fim, as coisas caminharam para uma situação melhor. Agora, há dúvidas se é possível melhorar, como o câmbio continuar apreciando ao mesmo tempo em que se

espera queda de juros e uma economia compatível com a situação. Parece haver maior risco de vermos um cenário mais pessimista ganhando força do que o contrário", afirma.

João Savignon, economista da Kínitro Capital, diz que há uma "troca de bastão" de 2025 para 2026. "Sai o alívio em alimentos e fica a inércia de serviços, que é o ponto de mais atenção para 2026", afirma. Ele estima IPCA de 4,3% em 2025 e prevê 4,2% em 2026. A alimentação em casa, que deve fechar 2025 "bem comportada" em 1,2%, por exemplo, acelera para 4,2%, estima Savignon.

Para Felipe Rodrigo Oliveira, economista-chefe da MAG Investimentos, o cenário de **inflação** para 2026 "tem pouco espaço para melhora". Ele projeta IPCA de 4,3% em 2025 e em 2026. "O que vimos de desaceleração em 2025 foi muito ligado à **inflação** que responde ao câmbio, a parte de bens industriais e a alimentação no domicílio, que surpreendeu todo mundo", diz. No começo de 2025, ele projetava uma **inflação** de alimentação em casa entre 6,5% e 7% e, agora, deve ficar perto de 2%, afirma.

Como a MAG espera queda de safra em 2026, piora no câmbio, por causa da eleição, e Oliveira diz não ver desaceleração das commodities em dólares, a melhora de 2025 nos preços de alimentos e no de bens não deve se repetir em 2026.

Sua expectativa é que a **inflação** dos alimentos, por exemplo, retorne a 4,5% em 2026. Ainda é um cenário otimista, já que a média histórica da alimentação no domicílio neste século é de 7%, observa Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, que projeta aceleração da categoria para 4,8% em 2026, de 1,4% em 2025.

"O ciclo da carne vai pressionar e vemos normalização dos alimentos "in natura", como os tubérculos, que ajudaram muito a reduzir a **inflação** em 2025", exemplifica Oliveira. Até a prévia da **inflação** de dezembro, só a batata-inglesa registrava deflação de quase 28% em 2025.

Ao mesmo tempo, a **inflação** de serviços vai desacelerar muito lentamente entre 2025 e 2026, principalmente porque o mercado de trabalho vai continuar apertado, diz Oliveira. "A taxa de



desemprego deve sair das mínimas, mas vai continuar muito baixa historicamente para o Brasil", afirma.

A divergência da Quantitas, que também projeta IPCA de 4,3% em 2026, para a mediana do mercado está, principalmente, na visão para os serviços, diz o economista João Fernandes. Para os serviços subjacentes (mais ligados ao ciclo econômico), por exemplo, ele projeta **inflação** de 5,2%. Na prévia da **inflação**, esses serviços registraram

Fonte: Instituições financeiras e consultorias.  
\*Enviadas até 19 dez/2025 alta de 6,04% em 2025, pela série da 4intelligence.

"É um número que contempla a persistência do emprego, crescimento de salários. Vai ter desaceleração, mas muito gradual, não dá tempo de fazer com que haja uma desaceleração também de serviços. Vai gerar resiliência para o fim de 2026", afirma Fernandes.

Já no caso da **inflação** de bens industriais, ele diz acreditar que ainda será possível continuar colhendo algum benefício do cenário global, como a China exportando produtos baratos para o mundo. O câmbio, porém, é um entrave, porque pode depreciar. "Nos últimos meses, estávamos só revisando para baixo a **inflação** de bens por causa do global. Com o câmbio pior, pode ser que, se a **inflação** não voltar, pelo menos novas revisões baixistas em bens serão seguras", afirma Fernandes.

Parcela relevante da valorização do real ante o dólar em 2025 tem a ver com a perda de força global da moeda americana diante do contexto econômico dos Estados Unidos,

a postura de seu banco central e os reflexos que suas decisões geram de fortalecer ou enfraquecer o dólar pelo mundo. "De certa forma, temos observado mais recentemente alguma limitação nessa fraqueza. Não dá para negar que a economia americana surpreendeu positivamente nas últimas leituras. Há dois caminhos para o cenário nos EUA para 2026. Ou a **inflação** diminuirá, com uma desinflação caminhando para alguma coisa mais próxima de 2%, ou ela ficaria resiliente em 3%", diz Takeda.

Sem a contribuição do enfraquecimento adicional do dólar, o que fica mais evidente no radar para o Brasil é a questão fiscal, que está sem solução, afirma Takeda. "Por mais que o diferencial de juros seja favorável para a moeda brasileira, com esses outros elementos, talvez, não haja um viés de apreciação tão efetivo como observado em 2025", diz Takeda.

O processo de desinflação sobretudo nos últimos

meses de 2025 até ajuda o IPCA de 2026 porque diminui a inércia, diz Leal, da G5. Para ele, a **inflação** mais baixa do que o inicialmente esperado em 2025 "tem nome e sobrenome: valorização do real". A questão, destaca Leal, é que há dúvidas sobre qual será o câmbio à frente e, por isso, também diz não ver "mudança muito grande no IPCA para 2026, apesar do momento positivo da **inflação**".

"Eu espero um dólar em R\$ 5,50 ao fim de 2026, mas há muitas dúvidas. Creio que vamos ter um cenário com real mais desvalorizado do que isso se houver expectativa de manutenção do governo. E, provavelmente, uma cotação mais próxima de R\$ 5 se tivermos uma mudança", afirma Leal.

Apesar de reconhecer que o movimento de depreciação do câmbio no fim de 2025 pode atrapalhar o preço de bens, existe um repasse benigno do atacado já contratado para o varejo, diz Savignon, da Kínitro. "Vemos alguma volta, mas ainda super bem comportado", afirma.

Já o setor de serviços em geral deve sair de 6,1% em 2025 para 5,2% em 2026, projeta. "Esperamos que essa tendência de desinflação continue, mas ainda resiliente, é bem gradual", afirma, acrescentando que o ano eleitoral traz incertezas. "Há incentivos, vimos recentemente o anúncio de liberação

do **FGTS**", diz, em referência a uma medida provisória publicada pelo governo em 23 de dezembro de 2025 permitindo, de forma temporária, a liberação do saldo do **FGTS** que estava retido para trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário**. "Existe ponto de atenção para serviços mais ligados à ociosidade da economia, intensivos em trabalho", diz Savignon.

Na avaliação de Takeda, parte importante da desinflação observada no IPCA mais recentemente reflete a desaceleração no ritmo de crescimento. "Claro que há contribuição da política monetária nesse período, mas tem uma contribuição não desprezível também do estímulo fiscal, que foi praticamente zero, até levemente negativo em 2025 e que voltará a ser positivo em 2026", afirma.

Após a esticada na reta final de 2025, se a taxa de câmbio conseguir se manter no patamar entre R\$ 5,30 e R\$ 5,40 por dólar, isso ajudaria o IPCA, mesmo que haja alguma surpresa menos benigna em serviços, diz Savignon. "Mantém a **inflação** dentro da banda da meta, mas ainda próximo da parte superior", afirma.

Um risco baixista para a projeção de 2026 da MAG é o preço do barril de petróleo, que tem surpreendido para baixo e pode contribuir para a Petrobras anunciar cortes de preços nas refinarias, segundo Oliveira.

"Mas vale pontuar que, em janeiro de 2026, tem uma alíquota maior de ICMS, que sobe de 1,47% para 1,57%. Isso acaba impactando a gasolina para cima em janeiro e ela é 5% do IPCA e cerca de 25% dos preços administrados. Então, já tem essa confirmação de alta da gasolina na bomba, o que a gente fica esperando é se a Petrobras vai promover algum ajuste e contrabalancear isso", afirma.

Leal, da G5, observa ainda que 2025 encerrou com bandeira tarifária amarela na conta de luz, com cobrança extra, o que não é o usual. "O mais normal é terminar em bandeira verde, com tarifa mais baixa. Então, se tudo correr como o normal, quando formos para bandeira verde [ao fim de 2026], isso vai tirar um pedaço importante da **inflação** de preços monitorados", afirma. Ainda assim, os preços administrados ficariam perto de 4% em 2026, "nada ainda muito condizente com a meta", diz Oliveira, da MAG.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

**Inflação** deve ceder pouco em 2026, estimam economistas

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188460?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188460?page=1&section=1)**

# Novas regras pressionam conta de luz em 2026

**Marlla Sabino**

Apesar de mudanças estruturais aprovadas recentemente no setor elétrico, a conta de luz do consumidor residencial deve ficar mais cara em 2026. Especialistas indicam que os efeitos de algumas das novas regras, sobretudo as com impacto tarifário mais relevante, não serão imediatas e dependerão de regulamentação. Dessa forma, o alívio deverá ser mais visível apenas a partir de 2027.

As avaliações apontam que, neste ano, o peso de algumas novas regras deverá recair mais sobre os consumidores livres, como indústrias, enquanto famílias de baixa renda tendem a perceber um ligeiro alívio em pleno ano eleitoral, devido a medidas com forte apelo popular aprovadas em 2025.

Projeções da TR Soluções indicam alta média de 5,4% nas tarifas residenciais no Brasil. As estimativas da empresa, que oferece serviços de tecnologia para tarifas e regulação do setor, são de variações significativas entre as diferentes distribuidoras que atuam no país, que vão de reduções pontuais a aumentos superiores a 30%.

O diretor de regulação da TR Soluções, Helder Sousa, ressalta que os dois principais componentes da tarifa, os custos do serviço de distribuição e da compra de energia, devem crescer abaixo da **inflação** em 2026. Mas para a tarifa de transmissão, outro desses componentes, a previsão é de um acréscimo relevante, reflexo dos valores definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para esse ciclo, com aumento médio de 12% em alguns casos.

O especialista ressalta que as projeções não consideram algumas medidas que poderão ter impacto nos próximos meses, como o custeio do passivo retroativo a geradores de fontes renováveis por cortes de geração, com custo estimado entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões. O impacto da repactuação dos royalties das hidrelétricas prevista para este ano também não está incluído nos cálculos, pois ainda carece de regulamentação e da efetiva adesão dos geradores. Nesses casos, a pressão sobre a conta para o consumidor deverá ficar maior.

Além dos componentes técnicos, um dos principais fatores de pressão continua sendo o volume de

subsídios embutidos nas contas de luz, que vai aumentar. A Aneel estima que o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que custeia subsídios para alguns segmentos e políticas públicas do setor elétrico, deve alcançar R\$ 52,7 bilhões em 2026. Do total previsto, R\$ 47,8 bilhões devem ser pagos pelos consumidores via encargos.

A prévia do orçamento indica um aumento de 7% em relação ao montante aprovado para 2025, de R\$ 49,2 bilhões. Um teto para a CDE foi aprovado recentemente pelo Congresso Nacional, mas valerá apenas a partir de 2027. Apesar disso, haverá mudanças no rateio da divisão desse montante, com maior participação dos consumidores conectados à alta tensão, o que representará um ligeiro alívio para os consumidores atendidos pelas distribuidoras, como os residenciais. Também contribuirá para isso a nova regra sobre o subsídio para o segmento de geração distribuída, que até então era pago apenas pelos consumidores regulados, mas passará a ser dividido com os consumidores livres, como grandes indústrias.

O diretor técnico da consultoria PSR, Rodrigo Gelli, aponta que o aumento da CDE é resultante do crescimento acelerado nos subsídios, que já vem sendo observado nos últimos anos e que tende a neutralizar parte dos pontos positivos que a nova legislação implementará em 2026.

"Para os consumidores residenciais, as alterações estruturais decorrentes das medidas provisórias

aprovadas desenham um cenário mais módico no futuro. No entanto, é importante considerar a dimensão temporal desses efeitos. Assim, embora as medidas caminhem na direção correta, a perspectiva para 2026 ainda é de um aumento na tarifa", explica.

Por outro lado, algumas medidas podem trazer alívio pontual. É o caso do desconto social em vigor

o desde 1 de janeiro, voltado para famílias mais pobres. Os beneficiários ficam isentos do pagamento da CDE nos primeiros 120 quilowatts-hora consumidos mensalmente. De acordo com dados da Aneel, a redução, considerando o

"A perspectiva para 2026 ainda é de um aumento na

tarifa" Rodrigo Gelli

consumo médio residencial, é de 11% na conta.

Ainda há expectativas relacionadas à repactuação de parcelas vincendas a título dos royalties das hidrelétricas, que valerá para as tarifas de distribuidoras que atuam nas áreas das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que também abrange partes de Minas Gerais e Espírito Santo, e da Amazônia (Sudam). Pelos cálculos da Aneel, os recursos somam R\$ 8,8 bilhões, mas a adesão efetiva das geradoras só deve ocorrer no fim de abril. Contudo, isso é um dos pontos das recentes leis aprovadas que ainda carecem de regulamentação. De acordo com Livia Amorim, sócia da área de Energia, Infraestrutura e Projetos do Veirano Advogados, há pelo menos 22 pontos para regulamentação da reforma do setor elétrico, com regras fundamentais. A avaliação é que o impacto das medidas depende do ritmo de implementação dessas mudanças.

A lei prevê ainda uma mudança no rateio de custos do setor elétrico no caso das tarifas das usinas nucleares de Angra 1 e 2, que deixarão de ser destinadas apenas aos consumidores cativos, como os residenciais. A partir de 2026, o custo será repartido entre todos os consumidores do país, exceto famílias de baixa renda. A medida representa alívio para consumidores cativos, mas não para os consumidores livres em 2026, já que eles deverão perceber um acréscimo de cerca de R\$ 10 por megawatt-hora (MWh).

Em paralelo, a Aneel busca avançar em sua agenda de modernização tarifária, que ganhou apoio no governo. A agência discute a ampliação de uma modalidade tarifária com preços que variam ao longo do dia conforme o horário do consumo. Técnicos defendem que a migração para o novo modelo seja automática para cerca de 2,5 milhões de unidades com consumo superior a 1 megawatt-hora (MWh) em 2026, incluindo indústrias, serviços públicos, grandes residências e comércios.

A proposta é bem recebida pelos agentes do setor, que defendem tarifas com maior sinalização de preço aos consumidores, diante de um sistema que apresenta excesso de energia em alguns momentos do dia e necessidade de contratação em outros, além do aumento dos cortes de geração. Os ganhos efetivos da medida, no entanto, dependem do comportamento e adaptação ao modelo de cada consumidor, mas não devem ser significativos em nível nacional já em 2026.

Na visão de Marcos Madureira, presidente da

Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a evolução é tardia, mas importante para gerar sinais de preços mais adequados para os consumidores. Ele ressalta que essa alteração passa por outras implicações no segmento, como a digitalização dos sistemas e a substituição por medidores inteligentes. "Isso não é um impedimento para a medida, mas é necessário que seja observado. Estamos às vésperas de uma ampliação da abertura do mercado, e realmente vamos ter a necessidade de tarifas diferenciadas."

Também há discussões no Congresso que podem impactar as tarifas ao longo do ano, como vem acontecendo nos últimos anos. É o caso do Projeto de Decreto Legislativo que susta regras sobre as tarifas de transmissão de energia. O texto está pronto para ser analisado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que chegou a ensaiar aprovação no ano passado, mas acabou ficando pendente. Agentes do setor alertam que a medida pode resultar em aumentos na conta de luz em algumas regiões, especialmente no Norte e Nordeste.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador#/edition/188460?page=1&section=1>**

# Ibovespa sobe com bancos e Vale, e apesar de Petrobras

**Bruna Furlani, Arthur Cagliari e Gabriel Caldeira**

Os mercados locais iniciaram o pregão sob cautela pela operação americana na Venezuela, mas acabaram se alinhando ao comportamento de demanda por risco no exterior e encerraram em tom positivo. O dólar teve leve recuo e o Ibovespa fechou em alta, com apoio de bancos e Vale e mesmo com a queda de Petrobras, que recuou com a perspectiva de aumento na oferta de petróleo no médio prazo.

O dólar comercial caiu 0,34%, a R\$ 5,4054 no segmento à vista, enquanto o Ibovespa subiu 0,83%, aos 161.870 pontos.

Embora a captura de Nicolás Maduro seja considerada relevante do ponto de vista geopolítico, a avaliação de participantes do mercado é que o evento não muda, na ausência de uma escalada maior do conflito ou de um impacto brusco nos preços do petróleo, os fundamentos dos ativos locais.

Ainda que os preços do petróleo tenham subido na sessão, há uma interpretação geral de que a oferta da commodity irá crescer no médio e longo prazo, com o investimento de empresas americanas na Venezuela. A leitura de que o evento tende a pressionar os preços de energia mais adiante teve impacto direto nas ações da Petrobras: as preferenciais cederam 1,66% e as ordinárias recuaram 1,67%.

O presidente-executivo (CEO) e sócio-fundador da Occam Brasil, Carlos Eduardo Rocha, afirma que o desempenho do Ibovespa ontem foi "correto do ponto de vista fundamental". Ele destaca

que ações do setor de petróleo cederam à medida que investidores precificaram que a commodity deve ficar mais abundante com a Venezuela voltando a produzir com a ajuda dos EUA. Ao mesmo tempo, diz, o setor de mineração subiu com o ouro se valorizando, e o financeiro e o de consumo se recuperaram após forte queda recente. Os papéis ON da Vale subiram 1,02%, em linha com a alta do minério de ferro.

O executivo avalia que o efeito da ação americana na Venezuela sobre o Brasil foi limitado porque não alterou os fundamentos. "Já para a bolsa americana, [o evento] seria positivo. O recuo nos preços de petróleo implicaria uma menor inflação e maior poder

de barganha [dos americanos]", diz. A gestora atualmente está com posição neutra em ativos brasileiros e comprada em bolsa americana.

Embora parcela do mercado tenha defendido que a ofensiva sobre a Venezuela possa reforçar uma onda à direita na América Latina, Rocha acredita que o caso é "particular" e grave. "O recado para a América Latina é: não deixem de combater o cartel de drogas e não mexam com os interesses econômicos americanos", diz.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>



# Porta-voz da UE diz que acordo com Mercosul pode sair "em breve"

**PEDRO LIMA**

A porta-voz-chefe da União Europeia (UE), Paula Pinho, afirmou ontem que "houve progresso nas discussões sobre o acordo com o Mercosul nas duas últimas semanas", ao comentar o estado das negociações comerciais entre os dois blocos durante entrevista coletiva em Bruxelas.

Questionada sobre a possibilidade de a assinatura ocorrer até a próxima semana, ela disse que, apesar do avanço, "ainda não temos uma data específica para o acordo", mas destacou que "estamos no caminho certo" para assinar o tratado com o Mercosul "em breve".

As declarações de Paula Pinho ocorrem após o adiamento da assinatura do pacto comercial UE-Mercosul, inicialmente prevista para 20 de dezembro e remarcada para o início deste mês. O acordo avançou apesar de resistências internas, concentradas sobretudo na França e na Itália, enquanto a maioria dos Estados europeus segue favorável à sua conclusão.

Anteriormente, em carta enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa, reafirmaram o compromisso de concluir a assinatura em janeiro, explicando que o adiamento se deve à finalização de procedimentos internos no conselho.

A resistência italiana, alinhada à francesa, está ligada a pressões do setor agrícola por maiores garantias. Para contornar essas objeções, o Parlamento Europeu aprovou salvaguardas mais rígidas para produtos sensíveis, além da proposta de um fundo de compensação de € 1 bilhão e reforço nos controles fitossanitários. A primeiraministra da Itália, Giorgia Meloni, indicou que Roma pode apoiar o acordo "em no máximo um mês".

**PROTESTOS.** No dia 18 de dezembro, agricultores de vários países da Europa utilizaram tratores para bloquear vias em Bruxelas. Na ocasião, eles também queimaram pneus nas proximidades da sede do Parlamento Europeu - durante reunião de líderes do bloco -, em protesto contra o acordo. A polícia precisou intervir com uso de gás lacrimogêneo e

canhões de água.

Na França, o presidente Emmanuel Macron enfrenta resistência dos agricultores, que temem o impacto de uma chegada maciça à Europa de carne, arroz, mel e soja sul-americanos, que eles alegam ser mais competitivos por conta de suas normas de produção.

O acordo da União Europeia com o Mercosul criaria uma das maiores áreas de livre-comércio do mundo. O tratado removeria tarifas sobre uma gama de produtos da UE, como carros e vinhos, enquanto mais produtos, incluindo carne bovina e açúcar, poderiam entrar no bloco mais facilmente a partir da região (mais informações no quadro nesta página).

A expectativa era de que a assinatura do acordo fosse feita no dia 20 de dezembro, durante a Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, no Paraná, mas, diante da oposição de França e Itália, a negociação não foi concluída.

Na época, as divisões dentro do bloco europeu aumentaram as tensões com o Brasil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a dizer, durante uma reunião em Brasília, no dia 17 de dezembro, que o País poderia desistir do acordo se ele não fosse concluído em breve.

"É difícil porque Itália e França não querem fazer por problemas políticos internos", disse na época. "E já avisei.

Se não fizermos agora, o Brasil não fará mais acordos enquanto eu for presidente." I

## PERGUNTAS E RESPOSTAS

Tratado precisa de amplo apoio dos países para sair do papel

I O que é o acordo UEMercosul?

O acordo entre os dois blocos, negociado há 26 anos, representa um mercado de 780 milhões de pessoas e um quarto do **PIB** mundial.

O tratado deve favorecer exportações europeias de automóveis, máquinas, bebidas, chocolate, azeite e queijos, e permitiria a entrada na Europa de carne,



açúcar, arroz, mel e soja dos países sul-americanos que formam o bloco.

I O que é necessário para a UE aprovar o acordo?

Para concluir e assinar o tratado, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e os líderes europeus precisam de amplo apoio dos 27 países-membros do bloco.

Barrar o projeto requer que, no mínimo, quatro países representantes de pelo menos 35% da população europeia votem contra o texto. Polônia, França, Irlanda e Áustria se mostram contra o acordo desde 2024, mas não cumprem os requisitos mínimos para rejeitá-lo. No fim de 2025, a Itália também se mostrou contra a assinatura.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Interesses de Trump além do petróleo. - MÍRIAM LEITÃO

**MÍRIAM LEITÃO**

O ataque dos Estados Unidos à Venezuela não se explica só pelo petróleo. A cotação do produto caiu fortemente nos últimos anos, e os Estados Unidos tornaram-se autossuficientes. Não há falta de suprimento. O produto está sobrando no mundo. Donald Trump quis mostrar, e mostrou, seu poder ao mesmo tempo à China, maior cliente do petróleo venezuelano, à Rússia, grande fornecedora de armas para a Venezuela, ao Irã, fornecedor de armas e drones, e a Cuba, que fazia a segurança de Nicolás Maduro. Dos mortos na operação de sequestro e prisão do presidente venezuelano, 32 eram agentes cubanos.

-Minha hipótese é que o petróleo foi só o vetor de um processo, porque Trump pegou Rússia, China, Irã e Cuba, sem mexer ainda com o petróleo. Ele cortou o cordão que liga os vasos comunicantes e deu recado a todos eles. Noventa por cento do que a Venezuela exporta é petróleo, e 70% vão para a China -diz o especialista em petróleo David Zylbersztajn.

Ao longo dos últimos anos, o petróleo teve queda de preço e, ao mesmo tempo, a Venezuela passou a produzir cada vez menos. A produção caiu de três milhões de barris por dia para um milhão. Só no último ano a cotação caiu 20%. Segundo Zylbersztajn, se fosse manter o preço real de 2010 a 2014, o petróleo estaria hoje em US\$ 140, e está a menos da metade disso.

Nunca foi pela democracia, tanto que o presidente Trump, na fala de domingo, não chegou a pronunciar a palavra. Na Venezuela, o chavismo permanece no poder, agora com a vice-presidente Delcy Rodríguez, que ontem assumiu a presidência, sob aplausos do filho de Maduro. Trump disse várias vezes que está interessado no petróleo, mas servirá mais como reserva estratégica.

- Os EUA não precisam agora, mas imaginar que a três, quatro horas de voo de Miami estão as maiores reservas do mundo comprovadas. Isso é uma garantia em termos de segurança energética. É como se fosse um grande reservatório americano -diz Zylbersztajn.

No Brasil tudo está sendo visto como extremamente perigoso, e isso é o que a diplomacia quis expressar

no forte discurso do embaixador brasileiro na ONU, Sérgio Danese. Falando em espanhol, idioma escolhido pelo tema tratado, Danese usou um tom duro. "O Brasil rejeita de maneira categórica e com a maior firmeza a intervenção armada em território venezuelano em flagrante violação da Carta das Nações Unidas e do direito internacional." O embaixador disse que é uma quebra de precedente extremamente perigosa para toda a comunidade internacional. "O Brasil não acredita que a solução da situação da Venezuela passe pela criação de protetorados no país."

O que fontes do governo me explicaram é que a ONU é o local para se usar este tom e falar objetivamente sobre os fatos e os riscos. E que, estando no Conselho de Segurança, era importante lembrar a necessidade de o conselho funcionar. Porque pela sua fraqueza é que existem hoje, como Danese lembrou, 61 conflitos armados e 117 milhões de pessoas em situação de catástrofe humanitária.

- O Brasil é um país que vive do soft power. Se a gente aceitar que vale a força bruta estamos perdidos -diz uma fonte do governo brasileiro.

A Venezuela vive longa tragédia política e econômica. O professor Paulo Vicente, da Fundação Dom Cabral, disse à coluna que a Venezuela tinha o maior **PIB** per capita da América do Sul em 1980 e, em 2023, tinha o menor. Ele acrescenta que, apesar da queda de produção, o petróleo ainda é um terço do **PIB** venezuelano.

O professor Carlos Frederico Coelho, da PUC-Rio e da Escola de Comando do Exército, diz que todos os indicadores econômicos da Venezuela são muito negativos:

- Houve uma queda do **PIB** de 70% nos últimos dez anos. A **inflação** continua fora de controle, em torno de 170% ao ano, provavelmente chegando a 300%. Mais da metade dos cerca de 28 milhões de venezuelanos vivem abaixo da linha da pobreza e sem acesso regular aos serviços essenciais.

Além do sofrimento econômico, o chavismo se transformou numa tirania política, com milhares de presos políticos. Oito milhões de pessoas deixaram o país. Nada disso está perto do fim, nem justifica o ato

de Trump. Pelo contrário. A agressão americana desrespeitou o direito internacional e as leis americanas com o propósito de dar uma demonstração de força. O petróleo venezuelano passa a ser reserva estratégica dos Estados Unidos. E o que Trump quer é instalar na região um protetorado americano.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# "Petrolíferas vão querer desenvolver e vender o óleo diretamente"

**Kariny Leal e Francisco Góes**

As petroleiras americanas vão demonstrar interesse em voltar à Venezuela depois de o governo de Donald Trump ter atacado o país e destituído o agora ex-presidente e ditador Nicolás Maduro, preso em Nova York. Mas o retorno dessas empresas deve se dar em fases. Algumas das companhias, ainda ativas na região, como a Chevron, poderão agir mais rápido. Enquanto outras, ir mais devagar. "Não acho que nenhum grande produtor vá aparecer neste estágio dizendo "não" [ao presidente Trump] porque há um recurso significativo ali [na Venezuela]", diz Carlos Pascual, chefe de relações internacionais e vice-presidente da S P Global.

Em entrevista ao Valor, Pascual afirmou que aumentar a produção de petróleo da Venezuela de 900 mil barris por dia para cerca de 1,5 milhão por dia pode ser feito com a infraestrutura existente em um prazo de cerca de 18 meses. O desafio maior é elevar a produção para além desse volume, o que vai exigir investimentos bilionários.

Pascual, que foi embaixador dos Estados Unidos no México e na Ucrânia, prefere não arriscar quanto seria necessário: "Vi estimativas que variam muito, de US\$ 65 bilhões a US\$ 180 bilhões [de investimentos em período de até dez anos]. Não tenho certeza de como estimar isso por enquanto. Mas a escala da necessidade de investimento é significativa o suficiente para que qualquer investidor sério queira ter muita certeza e segurança de que esse investimento será respeitado e protegido."

Em 2000, a Venezuela era o maior produtor de petróleo da região, com produção média superior a 3 milhões de barris por dia. Em 2025, a Venezuela produziu em média 826 mil barris por dia, conforme dados da S P, desconsiderando líquidos mais leves utilizados na mistura do óleo bruto. A estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) foi usada com fins políticos e houve nacionalização de empresas petrolíferas, o que derrubou os investimentos no setor.

Com o recrudescimento do regime autoritário na Venezuela, vieram também as sanções impostas pelos Estados Unidos. Pascual lembra que processos para compensar as empresas americanas pela nacionalização dos ativos ainda estão em curso.

Agora, para voltar, as petroleiras vão levar em conta uma série de pontos, como a segurança jurídica, as perspectivas de estabilidade interna e o futuro das sanções americanas: "A maioria das empresas vai negociar o direito de comercializar o petróleo diretamente." A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: O presidente Trump disse que as petroleiras americanas vão operar na Venezuela e refazer a infraestrutura da indústria de petróleo no país. O senhor acredita que haverá interesse das empresas americanas em voltar a operar na Venezuela? E em quais condições?

Carlos Pascual: É importante esclarecer, primeiro, se esse petróleo era americano ou não. Nenhum país interpretaria os direitos de exploração de petróleo dessa forma. Cada país tem seus próprios direitos de exploração de petróleo. Nos Estados Unidos, é petróleo americano. O petróleo pertence aos Estados Unidos. A Total é uma investidora, mas não é dona desse petróleo. E é por isso que as empresas pagam **impostos** e royalties. Aliás, a maioria das empresas ainda está envolvida em algum tipo de acordo de arbitragem para poder lidar com o acordo da expropriação [da Venezuela] de 2007. Se você perguntasse a qualquer uma das grandes petrolíferas, provavelmente não ouviria que aquele petróleo era delas. Elas [as petroleiras] reconheceriam que é petróleo venezuelano e que a Venezuela tem o direito legal de nacionalizá-lo. Mas se isso acontecer será necessário haver um processo para compensar as empresas pelos investimentos e esse processo ainda está em andamento.

Valor: Como o senhor acredita que deva ocorrer o retorno das petroleiras americanas e o desenvolvimento da produção dos campos?

Pascual: Em relação ao desenvolvimento do petróleo, há alguns pontos básicos sobre os quais, acredito, a maioria das empresas irá analisar. É provável que vejamos ações por parte das empresas que já atuam de forma significativa na região. Chevron e Repsol seriam as mais prováveis inicialmente. O primeiro critério será a situação de segurança e as perspectivas de estabilidade interna. A segunda questão será o que acontecerá com as sanções dos EUA [à Venezuela]. As sanções foram suspensas? E as empresas podem

entrar e operar? A terceira questão é qual o grau de estabilidade política no país? Como será o acordo para desenvolver esses recursos? E uma das coisas que a maioria das empresas vai negociar é o direito de comercializar o petróleo diretamente.

Valor:

Pascual: As companhias vão desenvolver esse petróleo e vão querer comercializá-lo elas mesmas. Esse será um fator crítico. Em vez de transferir a produção para a PDVSA e deixar que a estatal venezuelana a comercialize e depois transfira os recursos para as empresas. As empresas que estiveram lá mapearam extensivamente os campos em que atuavam. Então isso não é algo que vai levar muito tempo. Há uma percepção de que, em diferentes graus, a produção poderá aumentar. Passar de 900 mil barris por dia para 1,5 milhão de barris por dia é algo que, nas condições que descrevi, é possível realizar em cerca de 18 meses.

Valor: Como deve funcionar o modelo de operação para as petroleiras na Venezuela? As petroleiras americanas seriam remuneradas pelos serviços prestados? Ou o senhor acredita que pode haver leilões de concessão de áreas?

Pascual: Minha impressão é que esse modelo de longo prazo para o desenvolvimento vai exigir alguma negociação e discussão interna [na Venezuela]. Haverá diferentes perspectivas sobre como potencialmente desenvolver esses recursos petrolíferos por parte da oposição venezuelana, dependendo de como ocorrer o processo de transição e qual for a composição do parlamento. Acho que os pontos que eu enfatizaria são que, para um desenvolvimento eficaz a longo prazo, será necessário um investimento massivo em infraestrutura. Sair de uma produção de 900 mil barris por dia para cerca de 1,5 milhão de barris por dia pode ser feito com a infraestrutura que existe, mas com a preocupação óbvia de revisar os dutos, as válvulas e garantir que não haja acidentes. Valor: E para além disso? Pascual: Para ultrapassar esse

No lugar da PDVSA?

"Não me surpreenderia se Rússia e China determinassem resposta recíproca" Carlos Pascual

nível de produção, vai precisar de um nível muito significativo de ajuste. Vi estimativas que variam muito, de US\$ 65 bilhões a US\$ 180 bilhões [de investimentos ao longo de um período de cinco a dez anos]. Todas de diferentes players do setor. Eu não tenho certeza de como estimar exatamente isso por enquanto. Mas a escala da necessidade de

investimento é significativa o suficiente para que qualquer investidor sério queira ter muita certeza e segurança de que esse investimento será respeitado e protegido. Há receios se haverá algum tipo de nacionalização ou se, depois de começar, as condições possam mudar, com alterações nos royalties ou na estrutura tributária. Há ainda questões sobre segurança e sobre a natureza do contrato, mas também sobre que tipo de apoio político existe para o desenvolvimento [do petróleo] e se isso fica claro na legislação. Não apenas em termos de compromissos políticos, mas que haja legislação de apoio para dar confiança às empresas para avançar com a escala de investimento necessária.

Valor:

Existem outros pontos a serem considerados?

Pascual: Algumas das empresas com as quais conversei citaram a importância de uma revisão ambiental aprofundada. Esse movimento é necessário para confirmar que haverá desenvolvimento no futuro e para prevenir acidentes significativos. Todas [as empresas] são muito sensíveis a isso. É um dos fatores-chave para ter eficiência.

Valor: Mas o senhor acredita que, mesmo em uma conjuntura de insegurança jurídica, seja possível desenvolver a indústria de petróleo na Venezuela?

Pascual: Essa é a razão de eu afirmar que vai haver uma divisão. Vai haver um primeiro momento, de um aumento de produção até alcançar 1,5 milhão de barris por dia, e outro momento depois disso. Os aumentos iniciais devem vir de empresas que já estão ativas, sendo a Chevron a mais óbvia, e talvez elas estejam em posição mais rápida para reagir quando sentirem que as condições são adequadas. Mas para empresas que vão voltar depois de muito tempo e que não estão envolvidas com a Venezuela, levará mais tempo para desenvolverem a confiança de que há condições para justificar os bilhões de dólares em investimentos.

Valor: E qual é o papel dos preços do petróleo nessa equação?

Pascual: Esse é outro ponto que é preciso levar em conta: o preço vigente do petróleo, que não está alto no momento. Esse não é um período que esteja levando as empresas a fazer grandes investimentos de capital. Vai haver outros projetos concorrentes ao redor do mundo. O custo de produção na Venezuela tem sido alto. Isso vai ditar o ritmo desse desenvolvimento [da produção].

Valor: As petroleiras americanas

podem dizer "não" a Trump?

Pascual: Não acho que as empresas vão colocar dessa forma. Acredito que elas vão demonstrar um interesse significativo e algumas podem agir mais rápido e outras, devagar. Não acho que nenhum grande produtor vá aparecer neste estágio dizendo "não" porque há um recurso significativo ali [na Venezuela].

Valor: Nesta segunda-feira (5), as ações das petroleiras americanas subiram, assim como o preço do petróleo. Como o senhor vê os efeitos da situação na Venezuela sobre esses ativos a médio e longo prazos?

Pascual: Uma das ironias quando há um colapso econômico massivo em um país é que não é necessária uma grande atividade econômica para demonstrar melhoria. Dado o grau em que a indústria foi parada, essa produção de petróleo foi tão limitada que, em alguns anos, mesmo que a Venezuela volte a produzir 1,5 milhão de barris por dia, isso terá um impacto imediato no **PIB** [Produto Interno Bruto] e nos empregos, com algum tipo de melhora na economia. Eu reforço a importância da segurança. Neste momento, a segurança vai ser mantida de alguma forma pelas instituições existentes. Os Estados Unidos vão dar o comando de quais ações devem ser tomadas e as instituições venezuelanas vão obedecer. Há um risco porque [a situação] não está diretamente sob controle dos Estados Unidos e vai depender de muitos atores e instituições diferentes. Também é preciso lembrar que a Venezuela tem uma longa história de envolvimento da inteligência cubana. Voltar para uma Cuba falida provavelmente não é do interesse deles.

Valor:

Quais são os reflexos sobre a China e a Rússia após a ação militar na Venezuela?

Pascual: Há muitos sentimentos mistos. Por um lado, eles [chineses e russos] foram muito rápidos em condenar as ações dos Estados Unidos. Isso não é surpresa. Eles podem estar analisando as ações americanas e a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos, que exige um renascimento da Doutrina Monroe [em que prevalecem os interesses americanos sobre a área de influência na região]. Não me surpreenderia se, em algum momento, Rússia e China determinassem uma resposta recíproca sobre essa reivindicação americana de proeminência sobre o Ocidente.

Valor: O senhor vê impactos significativos para a

relação entre oferta e demanda de petróleo no mundo depois do que aconteceu?

Pascual: Não há impacto significativo na oferta e demanda. Modelamos e analisamos a situação. Há um excesso de oferta [de petróleo] significativo no mercado. Os estoques estão se acumulando. Não vemos um impacto relevante sobre os preços a curto prazo.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188460?page=1&section=1>



# Petroleiras podem ter bônus em compras de empresas brasileiras

**Fábio Couto Do Rio**

A indústria do petróleo pode ganhar um sistema de bonificação de conteúdo local em contratos de exploração e produção (E P) de petróleo e gás natural. Dois projetos de lei, um na Câmara dos Deputados e outro no Senado Federal, tramitam com o objetivo de criar ferramentas que incentivem a contratação de fornecedores locais em vez de punir as petroleiras pelo descumprimento de metas estabelecidas, como é hoje. O tema agrada à cadeia produtiva, mas é complexo uma vez que experiências anteriores de fazer avançar o conteúdo local na indústria de óleo e gás nem sempre tiveram bons resultados.

O conteúdo local mínimo é um conjunto de metas obrigatórias de aquisição de bens e serviços produzidos no Brasil. Os percentuais são definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para as rodadas de licitações de áreas realizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). À agência cabe adotar as metas nos editais e contratos e fiscalizar o cumprimento das obrigações.

Entre 2016 e 2025, a ANP aplicou cerca de R\$ 2,63 bilhões em multas relativas ao descumprimento de percentuais mínimos de conteúdo local. A soma não considera correções monetárias.

A agência ressaltou ainda que a soma dos autos de infração não representa os valores que foram efetivamente pagos pelos agentes, dadas situações como recursos, pagamentos com descontos e opção de adesão de empresas por firmar termos de ajustamento de conduta (TAC), além de possíveis judicializações. Dados da ANP apontam que foram assinados 29 TACs com empresas.

A legislação atual estabelece regras de conteúdo local baseadas na penalidade de empresas que descumprem as metas mínimas. O mercado argumenta que esse critério onera os projetos, pois as penalidades são repassadas para os custos das encomendas. No passado, com a descoberta do pré-sal, o conteúdo local mínimo foi alvo de críticas porque atrasou projetos, elevou preços e dificultou contratação de fornecedores que atendessem requisitos exigidos.

A questão surge no momento que a cadeia global de petróleo viu os custos subirem, tornando caros projetos para novos campos. Uma plataforma no exterior custa em torno de US\$ 4 bilhões (cerca de R\$ 21,7 bilhões), contra US\$ 2 bilhões (R\$ 10,8 bilhões) em anos anteriores à pandemia. A **inflação** de custos tende a afetar projetos de E P de menor porte.

Um dos projetos de lei é o 5.852/2025, de autoria do deputado Lucas Abrahão (Rede/AP), que entre outros pontos cria um sistema de bonificação de conteúdo local, para uso nos contratos de E P. A proposta, apresentada no dia 13 de novembro, cria um banco de bônus para a contratação de itens de conteúdo local.

As empresas, segundo o PL, vão apurar os níveis de conteúdo local dos projetos e os que tiverem contratação acima dos níveis estabelecidos podem utilizar os excedentes como créditos a serem abatidos em outros empreendimentos. As empresas podem ainda transferir os excedentes de conteúdo local a outras companhias que não cumpriram compromissos mínimos.

Abrahão justifica no PL que a exploração da Margem Equatorial, cuja licença foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em outubro, marca a retomada da exploração de novas fronteiras petrolíferas, ao mesmo tempo que abre mais uma janela de oportunidades para induzir a industrialização. "Apesar de avanços pontuais, o Brasil ainda importa muito dos equipamentos utilizados na indústria petroleira."

O outro projeto em andamento é o PL 4.372/2025, de autoria do senador Veneziano Vital do Rego (MDB/PB), que aguarda a designação de um relator, e foi apresentada no dia 24 de novembro. Segundo o PL, os excedentes de conteúdo local terão prazo de validade de dez anos, contados a partir do momento que são reconhecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O PL do senador também prevê a criação de um banco de bônus de conteúdo local e abre espaço para que empresas que exportem produtos feitos no país para outros países possam acumular créditos. "Uma empresa que está na Guiana e no Brasil pode avisar à ANP que está comprando uma 'árvore de natal' [equipamento submarino para interligação de poços]

no Brasil para usar na Guiana", avalia Telmo Ghiorzi, presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços de Petróleo, (Abespetro).

Na justificativa do projeto no Senado, Veneziano Vital do Rego afirma que o PL propõe implantar mecanismos para aumentar a atratividade econômica, a competitividade e a resiliência das empresas que compõem setores que fornecem bens e serviços para as petroleiras.

"Esta iniciativa está em linha

com as evidências observadas em outros países, em que se nota o retorno de debates e ações na direção de formular e implantar instrumentos de política industrial, visando trazer aos próprios países atividades que antes eram terceirizadas a outros, uma legítima, robusta e duradoura política de Estado", disse Rego.

Artur Watt, diretor-geral da ANP, afirma que a Resolução 848/2021 permite celebrar os TACs com as empresas para compensar valores de conteúdo local alcançados em outras áreas, o que vem ocorrendo com sucesso. Ele ressaltou que o descumprimento dos percentuais exigidos em editais tem sido cada vez menos verificado. "Com essas possibilidades de migração, consegue-se movimentos interessantes para que se tenha conformidade", disse Watt.

Ghiorzi, da Abespetro, ressalta que as iniciativas são uma forma de incentivar as petroleiras a comprar das empresas locais. Para o executivo, quanto menor for a exigência, mais rápido é o estímulo para que petroleiras comprem de fornecedores nacionais, a fim de obter os bônus. A proposta vai estimular,

inclusive, que as empresas busquem certificadoras para atestar o uso de conteúdo local de equipamentos voltados à exportação, salientou. Com os bônus, avalia Ghiorzi, nada muda para a ANP, que continua apurando o cumprimento das metas, mas desta vez, para bonificar, não mais para penalizar. "Muda a lógica, pois hoje a empresa pode transferir a multa, cobrar do fornecedor. A ANP não tem estímulo de fazer controle local, mas de gerenciar multa."

Cláudio Frischtak, especialista em infraestrutura e sócio da Inter.B, disse ser contra a política de conteúdo local por ser protecionista e ressalta que ela teve efeitos "desastrosos" no passado recente, dada a rigidez da iniciativa. Para ele, porém, ao se manter a política de conteúdo nacional, que seja por incentivos que reduzam barreiras, como sugerem os PLs. "Se vamos ter incentivos, que sejam limitados no tempo e com o teste essencial da eficiência, cujo resultado

reúne a combinação entre baixo custo e alta qualidade", disse Frischtak. O especialista defendeu ainda medidas que promovam incentivo e troca de conhecimento no Brasil.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador#/edition/188460?page=1&section=1>**

# Contribuição mensal sobe para R\$ 81,05

A contribuição mensal do microempreendedor individual (MEI) aumentou para R\$ 81,05 em 2026, valor equivalente a 5% do novo salário mínimo, fixado em R\$ 1.621. Em 2025, o valor era de R\$ 75,90.

Além da parcela previdenciária, o MEI paga tributos fixos, conforme a atividade exercida.

Para quem atua no comércio, na indústria ou no transporte intermunicipal e interestadual, há a cobrança de R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Já os prestadores de serviço pagam R\$ 5 de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Esses valores não variam de acordo com o faturamento, desde que o empreendedor permaneça dentro do limite anual permitido.

O pagamento mensal garante acesso a benefícios previdenciários como aposentadoria por idade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão, desde que a contribuição esteja em dia e seja cumprida a carência exigida para cada benefício.

O MEI é isento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS/Pasep, Cofins, IPI (exceto na importação) e da contribuição previdenciária patronal, salvo se contratar empregado (Da Folhapress).

**Site:**

**<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>**

# Exército reforça com blindados fronteira com a Venezuela

**PATRIK CAMPOREZ**

O governo brasileiro reforçou a presença militar na fronteira com a Venezuela ontem, dois dias depois de o país vizinho ser atacado pelos Estados Unidos, que levaram o presidente Nicolás Maduro para uma prisão em Nova York. Carros blindados do Exército, além de agentes da **Receita Federal** e homens da Força Nacional fazem a segurança da única rota de entrada por terra para quem tenta chegar ao Brasil.

Integrantes das forças de segurança relataram ter observado aumento do fluxo migratório nas primeiras horas do dia, embora ainda não saibam se a intensificação está diretamente ligada à crise política agravada pela prisão de Maduro. O objetivo da operação é coibir a entrada ilegal de produtos e mercadorias, impedir a circulação de foragidos venezuelanos e ampliar o controle na faixa de fronteira.

O general Roberto Pereira Angrizani, comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, disse que a fronteira segue o fluxo normal e que, por enquanto, não houve necessidade de aumento da tropa na região.

- Redobramos nossa atenção aqui neste local, com o monitoramento, presença mais constante e patrulhamento durante o dia. Mas, em termos de efetivo, permanece o mesmo. Obviamente temos tropa em Boa Vista, em caso de necessidade de reforçar. Mas até agora não sentimos essa necessidade - afirmou.

Após os ataques, a fronteira com o Brasil chegou a ser fechada no sábado pelo lado venezuelano, mas segundo relataram integrantes do governo brasileiro, foi reaberta no fim do mesmo dia. O fluxo maior é de venezuelanos deixando o país.

Do lado brasileiro, militares montaram uma blitz, como revista minuciosa de todos os carros que entram e identificação de seus ocupantes.

## VIDA QUE SEGUE

Como mostrou o GLOBO, uma das principais preocupações do governo brasileiro diante dos ataques dos Estados Unidos à Venezuela é a extensa fronteira terrestre compartilhada pelos dois países,

com mais de 2 mil quilômetros de extensão. Avaliações feitas no Palácio do Planalto e em áreas da segurança indicam que a instabilidade no território venezuelano pode gerar impactos diretos sobre a região norte do Brasil.

A apreensão não se limita a um eventual aumento do fluxo de imigrantes venezuelanos em direção ao Brasil, movimento que já ocorre há anos em função da crise econômica e social no país vizinho. Autoridades brasileiras também veem risco de que a intensificação do conflito facilite a entrada, pela fronteira, de pessoas ligadas a organizações criminosas, especialmente ao narcotráfico.

Desde que começou a crise migratória venezuelana, em 2013, ano em que Maduro foi eleito presidente pela primeira vez -já com denúncias de fraude por parte da oposição -o Observatório da Diáspora Venezuelana estima que 9,1 milhões de pessoas deixaram o país. De acordo com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados, a Acnur, a Venezuela tem hoje o maior número de refugiados do mundo (6,3 milhões), superando países como a Síria.

Do outro lado da fronteira, os venezuelanos do sul do país têm buscado levar uma vida normal após a captura de Maduro. Apesar de ruas e lojas estarem cheias no domingo e de o movimento turístico na região da Gran Sabana ter permanecido estável, moradores relataram desconfiança em relação ao que está por vir. Parte deles diz acreditar que nada mudará no país com a ascensão de Delcy Rodríguez, vice nomeada presidente de forma interina.

A avaliação é que o grupo político de Maduro segue no poder e Donald Trump não teria interesse em promover a democracia na Venezuela, mas, sim, em explorar recursos naturais e o petróleo do país. O GLOBO conversou ao longo do domingo com moradores, comerciantes e indígenas do sul da Venezuela, durante um percurso de cerca de 200 quilômetros por cidades fronteiriças com o Brasil.

## MEDO DE REPRESÁLIAS

Muitos afirmam ter medo de falar com a imprensa e sofrer represálias do regime. Mas uma parte ressalta que Delcy representa a continuidade do grupo político chavista. A avaliação vai ao encontro do que diz um

morador que pediu para não ser identificado nem fotografado.

-Tudo o que estamos vendo é uma grande decepção para quem acreditava em mudança. Nada vai mudar na nossa vida do ponto de vista da repressão e do medo, porque o grupo de Maduro continua no comando. E tudo tende a piorar com outro país querendo ditar regras. Não tem liberdade sem autonomia -diz o venezuelano de Santa Elena de Uairén.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>